



Marinho: SST na sala de aula

construção civil. Os demais segmentos não possuíam uma normatização específica para esse tipo de atividade. Agora possuímos uma norma que regulamenta as medidas de proteção no trabalho em altura em todos os segmentos de atividade econômica, o que é bastante positivo uma vez que é grande a ocorrência de acidentes com queda de altura. Falando agora em fiscalização, um terceiro ponto que gostaria de reforçar sobre este último período, é sobre a implantação do Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura. Este grupo vem trabalhando com afinco em obras de infraestrutura logística, rodoviária, ferroviária, aeroportuária e urbana com foco especial nas obras preparatórias para a Copa do Mundo e na infraestrutura energética em linhas de transmissão e em usinas hidrelétricas. O grupo inicial atuava com cinco ou seis operações por ano. Hoje já são quatro equipes trabalhando, e que irão fechar o ano de 2012 com 40 operações. Por meio dessa fiscalização coordenada e executada pelo órgão central, conquistamos uma cobertura muito maior.

Em que prioridades o DSST está trabalhando neste momento?

Temos dois temas em pauta que são prioritários e têm toda nossa atenção: a elaboração da Norma de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho e a revisão da NR 15, sobre Atividades e Operações Insalubres. Quanto à norma de gestão, que deve ser a nova NR 1, nossa expectativa é finalizar o texto básico até o final do ano e colocá-lo

em consulta pública somente no início de 2013, para não publicar em um período ruim em que as pessoas estão menos mobilizadas. Já a NR 15 é uma norma de 1978 que continua com seu texto praticamente igual ao original. A revisão foi sendo adiada durante algum tempo por se tratar de uma norma que estabelece parâmetros para pagamento de adicionais, citada inclusive na NR 9. No entanto, justamente por ser uma norma de dimensionamento da exposição é que sua revisão é tão importante. É preciso ter parâmetros bem estabelecidos e pensados não como um instrumento para pagamento de adicional, mas como um meio de prevenção da exposição dos trabalhadores ao risco. Acredito que estes dois temas irão ocupar significativamente a agenda do DSST durante o final de 2012 e o início de 2013.

A norma de gestão em SST nas empresas já vem sendo debatida há algum tempo. O que ainda impede que ela seja publicada e quais as expectativas do MTE com sua publicação?

Não existe nenhum entrave acontecendo. Um Grupo de Estudos foi formado para discutir os conceitos a serem abordados na norma antes de lançá-la para consulta pública. O grupo é coordenado pelo Auditor Fiscal do Trabalho de Minas Gerais Airton Marinho da Silva. Já há consenso em relação à base conceitual e à estrutura da Norma. Agora a equipe do governo do Grupo está trabalhando na sua redação. Nossa expectativa é que a Norma tenha o papel de articular a execução de todas as outras NRs, facilitando o seu cumprimento e a sua integração com as demais normas.

Quando se fala em gestão, pensa-se geralmente em normas internacionais de cumprimento voluntário. Como essa NR de Gestão será cobrada junto às micro e pequenas empresas, por exemplo?

Como toda a NR, esta vai ser uma norma obrigatória. Não vai poder impor um modelo de gestão como ocorre em uma ISO, mas irá trazer medidas e ações mínimas que deverão ser adotadas dentro da gestão de saúde e segurança. Estamos estudando como abordar situações diferenciadas para as micros e pequenas empresas, sem diminuir a proteção do trabalhador. Existe microempresa, mas não existe micro-trabalhador. Todos devem ter seus direitos garantidos.

Usando um exemplo prático, uma pequena empresa com 10 funcionários, será obrigada a fazer PPRA e PCMSO, além de prestar contas da gestão? É esse o espírito da norma?

Atualmente, a exigência é a mesma em relação ao PPRA e PCMSO para uma empresa de um empregado e para outra de mil empregados. Com esta Norma, o intuito é que haja situações diferenciadas. Não que vá sair desse jeito na NR, mas se pode criar, por exemplo, um documento que a empresa poderá baixar no site do Ministério para declarar a inexistência de riscos significativos. Não temos nada formulado nesse sentido, mas estamos preocupados com essa diferenciação de acordo com o porte da empresa, uma vez que isso implica em diferentes graus de complexidade no cumprimento da norma.

Como está o processo de publicação da nova NR sobre Abate e Processamento de Carnes e Derivados? Ela já passou por consulta pública e está há um ano em debate. O que impede sua publicação?

A norma de Abate e Processamento de Carnes e Derivados está quase toda acertada, quase toda por consenso, mas há ainda pontos estratégicos a serem ajustados. O principal deles é a organização do trabalho em relação às pausas: não existe ainda consenso entre governo, trabalhadores e empregadores sobre como devem ser essas pausas, que são fundamentais diante de uma atividade que apresenta repetitividade e o frio como agravantes. O trabalho de fiscalização tem sido feito por meio de outras normas, mas se verifica ainda um índice bastante significativo de adocimentos no setor. Justamente por isto, existe uma expectativa muito grande na regulamentação das condições de trabalho nessa atividade.

As ações propostas pela Política Nacional de SST, estão chamando a atenção do setor prevencionista. Entre elas, há uma voltada para a inserção da SST no currículo escolar. Como será possível viabilizar isto a médio e longo prazo?

Ainda que estejam previstas diversas ações ligadas a políticas públicas, ao ramo empresarial e à fiscalização e publicação de Normas Regulamentadoras, creio que essa seja uma das estratégias mais importantes da PNSST. Inserindo a temática na base da educação, estamos investindo no futuro e estimulando a estruturação de uma cultura de prevenção. Assim, os alunos de hoje poderão levar esses conceitos e essa cultura para sua vida futura como trabalhadores. Os alunos irão compreender que o acidente de trabalho não é uma fatalidade, que pode sim ser evitado. Irão entender a relação entre capital e trabalho, que as empresas têm obrigação de prevenir acidentes envolvendo seus funcionários e que os trabalhadores têm uma importante contribuição nesse processo.